



DADOS FINANCEIROS

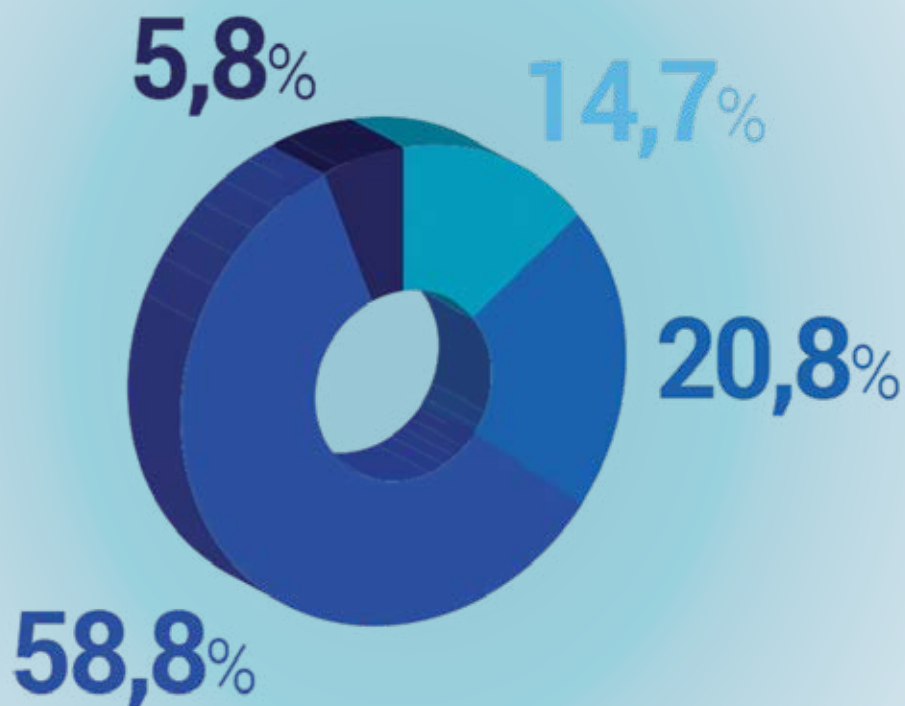
**IPE**
2020



PRESTAÇÕES DE CONTAS - TRANSPARÊNCIA *ACCOUNTABILITY*

ORIGEM DOS RECURSOS

Origin of financial resources



Origem dos recursos*

*Source of resources **



Governo
Govern



Pessoas jurídicas
Private Sector



Organizações da Sociedade Civil
NGOs



Pessoas Físicas
Individuals

*Correspondem a doações, editais, patrocínios e financiadores, nacionais e internacionais

**Correspond to national and international donations, notices, sponsorships and financiers.*

Aos Conselheiros e Administradores
do Instituto de Pesquisas Ecológicas
– IPÊ São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ (“Instituto”), que compreendem ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos

relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Ajustes de exercícios anteriores

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12.c em decorrência de erros nos registros contábeis, ocorridos em períodos anteriores a 2020, as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NBC TG 23 (R1) - “Práticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros”. Como parte de nossa auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro 2020, revisamos também esses ajustes nas demonstrações contábeis de 2019 e, em nossa conclusão, eles foram adequadamente efetuados, em todos os aspectos relevantes.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do Instituto correspondente ao exercício findo em 31

de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 18 de maio de 2020, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis e com parágrafo semelhante ao descrito em “ajuste de exercícios anteriores”.

Responsabilidades da Administração e da Governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de maio de 2021.

DocuSigned by:
Luiz Carlos Soares da Silva
5560E4A43B5144C...

Luiz Carlos Soares da Silva
Contador CRC 1SP-228.054/O-4

Conatus Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-037.537/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixas e equivalentes de caixa	4	27.840	16.110
Contas a receber		97	865
Adiantamentos		126	101
Estoques		31	44
Empréstimos a receber		70	29
TOTAL DO CIRCULANTE		28.164	17.149
NÃO CIRCULANTE			
Fundo Endowment	5	15.409	13.100
Fundo Tribanco S.A.	4.1	14.966	12.653
Imobilizado	6	2.314	2.435
Intangível		6	7
TOTAL NÃO CIRCULANTE		32.695	28.195
TOTAL DO ATIVO		60.859	45.344

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota Explicativa	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	148	93
Obrigações trabalhistas	8	181	214
Obrigações tributárias	9	146	18
Outras contas a pagar	10	201	278
TOTAL DO CIRCULANTE		676	603
NÃO CIRCULANTE			
Projetos a executar	11	29.840	18.016
Obrigações tributárias	9	244	-
TOTAL NÃO CIRCULANTE		30.084	18.016
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Patrimônio social		14.690	19.925
Fundo patrimonial		15.409	6.800
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.099	26.725
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		60.859	45.344

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2020	2019
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receita de financiadores e doadores	13	8.319	4.223
Receita de líquida de vendas e prestação de serviços	14	2.170	2.242
Projetos a executar	11	7.846	9.437
Projetos a executar / incorridos	11	-	1.336
Doação Fundo endowment	5	710	-
Trabalho voluntariado	19	254	-
		19.299	17.238
CUSTOS			
Projetos incorridos e a executar	11	(7.846)	(9.437)
Produtos vendidos / serviços prestados		(76)	(18)
		(7.922)	(9.455)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	15	(956)	(1.038)
Despesas administrativas/ operacionais	16	(1.913)	(1.249)
Prestação de serviços	17	(3.344)	(3.483)
Depreciação e amortização		(277)	(342)
Despesas trabalho voluntariado	19	(254)	-
		(6.744)	(6.112)
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		4.633	1.671
Resultado financeiro líquido	18	2.703	847
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		7.336	2.518

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	7.336	2.518
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>7.336</u>	<u>2.518</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Fundos patrimoniais	Patrimônio social	Superávit/ (déficit) do exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018	6.800	17.407	-	24.207
Superávit do exercício	-	-	2.518	2.518
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 (ORIGINAL)	6.800	17.407	2.518	26.725
Transferência do superávit para patrimônio social	-	2.518	(2.518)	-
Ajuste de exercícios anteriores (nota explicativa nº 12.c)	-	(3.252)	-	(3.252)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 (AJUSTADO)	6.800	16.673	-	23.473
Transferência dos rendimentos do fundo endowment acumulado para o fundo patrimonial	7.010	(7.010)	-	-
Resgate de aplicação em janeiro/20	(710)	-	-	(710)
Superávit do exercício	-	-	7.336	7.336
Destinações				
Transferência dos rendimentos do fundo endowment do exercício para o fundo patrimonial	2.309	-	(2.309)	-
Transferência para o patrimônio social.	-	5.027	(5.027)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020	15.409	14.690	-	30.099

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	7.336	2.518
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	676	306
Ajustes de exercícios anteriores	(3.252)	-
Baixa de ativo imobilizado	223	585
Superávits ajustados dos exercícios	4.983	3.409
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber	768	(787)
Estoques	13	(23)
Outros créditos e adiantamentos	(66)	(63)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	55	(24)
Obrigações fiscais	372	10
Outras contas a pagar	(77)	142
Obrigações trabalhistas	(33)	9
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.015	2.673
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Projetos a executar	11.824	1.009
Fundo endowment	(3.019)	-
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	8.805	1.009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ativo imobilizado	(777)	(282)
Aplicação financeira	(2.313)	(8.859)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(3.090)	(9.141)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE INVESTIMENTOS	11.730	(5.459)
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES		
Caixa e equivalentes no início do exercício	16.110	21.569
Caixa e equivalentes no final do exercício	27.840	16.110
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE INVESTIMENTOS	11.730	(5.459)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas (“Instituto”), criado em 1992, é uma sociedade civil de caráter filantrópico sem fins lucrativos, com o objetivo essencialmente de conservação da biodiversidade em bases científicas, atuando em pesquisas, formação de profissionais, educação ambiental e programas de geração de renda e negócios sustentáveis que ampliem a responsabilidade socioambiental de comunidades, empresários e formadores de opinião.

O Instituto está domiciliado no Brasil, com sua sede social localizada no Km 47,5 da Rodovia Dom Pedro I, na cidade de Nazaré Paulista/ SP.

Certificado de OSCIP

O Instituto é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), por despacho da Secretaria Nacional da Justiça, datado em 28 de junho de 2008, de acordo com a lei nº 9.790/99, 13019 de 31 de julho de 2014, e teve sua condição de OSCIP (por aquele órgão até 31 de julho de 2009). O atual certificado de qualificação como Organização Social de Interesse Público do Instituto é permanente conforme Portaria 362/2016 e pode ser consultado por meio do site do Ministério da Justiça.

A pedido da Administração do Instituto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, foi cancelada a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIP; cuja publicação no Diário Oficial da União foi feita no dia 10/02/2021, Edição 28, Seção 1, pág.42”

Renovação de certificado de Entidade Ambientalista

O Instituto renovou seu certificado de entidade ambientalista, para fins do Decreto nº 46.655/02, para o exercício de 2019/2023, com validade 31/03/2023.

1.1 Efeitos da pandemia nas demonstrações contábeis

A Organização Mundial de Saúde decretou, em 11 de março de 2020, a pandemia devido ao rápido e crescente contágio da Covid-19 (Novo Coronavírus) no mundo razão pela qual recomendou uma série de medidas sanitárias com o propósito principal de preservação da saúde das pessoas. O surto desencadeou mudanças significativas nas empresas do setor privado e do governo,

que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas empresas que será refletido em suas demonstrações contábeis.

A Administração do Instituto vem acompanhando atentamente as informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) bem como do Ministério da Saúde do Brasil e as notícias acerca do Novo Coronavírus, assim como as relações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia global.

Uma das medidas adotadas pela Administração foi (i) a suspensão das reuniões presenciais dos Conselho de Administração, (ii) interrupção das atividades presenciais ecológicas e educacionais dos alunos e professores, e, (iii) os colaboradores, sempre que possível, foram colocados em quarentena, também por tempo indeterminado, sendo mantidas as suas atividades em “home office”, tendo sido disponibilizados recursos necessários para trabalho remoto temporário enquanto durar a quarentena.

Visto o contexto o qual o Instituto IPÊ está inserido, não foi observado, até o momento, impacto relevante, riscos ou incertezas nos negócios do Instituto. Embora não seja possível no cenário atual prever com exatidão a extensão, severidade e duração dos impactos, a Administração entende que até a data de apresentação destas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar suas premissas de negócios e a mensuração de seus ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020.

2. Preparação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, considerando a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, o pronunciamento NBC TG 1.000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração do Instituto afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

As demonstrações financeiras referentes a exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelos Administradores através da Reunião da Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal do Instituto em 28 de maio de 2021.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

d) Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem eventualmente divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando aplicáveis.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Apuração do superávit/déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pelo Instituto e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Esses recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados em projetos a executar originados de contratos com entidades públicas e privadas, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:**

quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07;

- **Consumo como despesa:**

quando ocorrem os gastos dos projetos são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida no passivo circulante, e o reconhecimento da receita é registrado a débito do passivo de projetos a executar e contrapartida no resultado do exercício em receita de contrato de gestão e receita incentivada, simultaneamente e pelo mesmo valor; e

- **Rendimento de aplicações financeiras:**

quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de projetos a executar no passivo circulante.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Instituto pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

c) Instrumentos financeiros

- **Instrumentos financeiros não derivativos**

O instituto possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fundos patrimoniais, empréstimos a receber, fornecedores e projetos a executar.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O instituto baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou canceladas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do

resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimentos documentadas pelo Instituto. Após reconhecimento inicial, os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- **Derivativos**

O Instituto não possui operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como não realizou operações com derivativos financeiros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com objetivo de especulação.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem as rubricas de contas a receber e outras contas a receber.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

- **Gestão de riscos financeiros**

A Administração do Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros: risco de liquidez, crédito e risco de mercado. Conforme nota explicativa nº 22 as políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio das compras, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos.

e) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada

pelo método linear (Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC – TG 27). Os itens do ativo imobilizado foram mensurados pelo Ajuste de Avaliação Patrimonial de acordo com Lei 11.638/07, convergido pelas Normas do CPC 27, conforme Laudos e Teste de Impairment, realizados pela empresa Global Consult Consultoria e Serviços Ltda, CNPJ 03.294.236/0001-76, CRC 3946/RS.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, até a data de 30/11/2017, após essa data o Instituto Ipê passou a adotar taxas de depreciação conforme valor econômico e vida útil, apurados nos Testes de Impairment, deduzido do valor residual. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. No exercício de 2020 e 2019, não houve alteração nos métodos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

No Exercício do Ano 2020, houve o entendimento a respeito dos Imobilizados 100% depreciados que voltaram a serem depreciados novamente conforme o Laudo Patrimonial. Sendo assim, ocorreram os estornos das despesas do exercício 2020 e quanto ao saldo remanescente, foram realizados lançamentos na rubrica contábil de “ajuste exercícios anteriores”, no grupo do “Patrimônio Líquido”.

Descrição	Vida Útil Estimada
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Embarcações	25 anos
Veículos	5 anos
Casas pré-fabricadas	25 anos
Software	5 anos
Equipamento de informática e comunicação	4 anos
Equipamentos científicos	10 anos
Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias Imóveis	25 anos

f) Ativo intangível

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa média.

g) Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração do Instituto revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “Redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a funcionários são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas e despesas de trabalhos voluntários

Conforme estabelecido pela ITG 2002 (R2) – Entidades sem Finalidade de Lucros, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

l) Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração do Instituto apresenta a demonstração dos fluxos de caixa de acordo com o Pronunciamento Contábil NBC TG 03 (R2) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), utilizando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

4. Caixa e equivalentes de caixas

	2020	2019
Caixa fundo fixo	1	1
Bancos conta movimento		
Recursos sem restrição – IPÊ	5.026	2.374
Recursos com restrição - Projetos a executar	3.304	6.549
Recursos sem restrição - Projetos em execução	1.246	71
	9.576	8.996
Aplicações financeiras		
Recursos sem restrição – IPÊ (*)	3.135	4.547
Recursos com restrição - Projetos a executar	15.085	2.274
Recursos sem restrição - Projetos em execução	44	294
	18.264	7.115
	27.840	16.110

(*) O Fundo Tribanco - por tratar-se de um Fundo de Reserva - foi criada com o objetivo de dar suporte financeiro para eventuais eventos futuros incertos. Foi constituído em parte com repasses de projetos e em parte com recursos livres doados para a manutenção da instituição ao longo dos últimos anos. Ao contrário do Fundo Endowment não tem utilização restrita. Os equivalentes de caixa é composto pelo saldo do caixa geral do Instituto, pelos saldos das contas correntes bancárias de livre movimentação e pelas aplicações financeiras de curto prazo, que são

prontamente conversíveis em dinheiro, e que estão sujeitos a risco insignificante de alterações no seu valor até sua efetiva conversão em caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as aplicações financeiras são remuneradas às taxas que variam entre 100% e 107% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4.1 Aplicações financeiras (Não circulante)

	2020	2019
Tribanco S.A. (a)	14.966	12.653
	14.966	12.653
Projetos sem restrições	3.468	1.483
Projetos com restrições	11.498	11.170
	14.966	12.653

(a) Tribanco S.A.

A rubrica contábil de aplicações financeiras Tribanco corresponde as aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDBs para cobertura de gastos com os projetos: (i) Projeto Lira Moore (73,6%) e (ii) Projeto Anta (7,5%) e (iii) Reserva institucional (18,8%), criada para eventuais contingências, com repasses de projetos, e com recursos livres doados para a manutenção do Instituto.

5. Fundo Endowment

Endowment Itaú Unibanco S.A. – Projeto ESCAS

2020	2019
15.409	13.100
15.409	13.100

O Fundo Endowment Itaú Unibanco (IKOPORAN), denominado TOP 234 Multimercado FIC FI, tem caráter permanente e foi originalmente formado por recursos de doações individuais, os quais são investidos em fundos de investimento por um Gestor Profissional. A renda auferida é revertida para projetos relacionados ao objetivo social vinculado ao acordo de doações.

A transferência dos rendimentos auferidos do Fundo é anual e será efetuado após a Reunião do Conselho Fiscal para a rubrica Fundo Patrimonial, no patrimônio líquido.

O Fundo Endowment foi constituído através do Instrumento Particular de Contrato de Doação Modal, em 10 de julho 2007, cujo objetivo é específica e exclusivamente à manutenção parcial das atividades pedagógicas da ESCAS. A transferência dos rendimentos auferidos do Fundo para o Instituto é anual, limitado a 0,5% do patrimônio líquido do Fundo Endowment. Em 2020 foi resgatado pelo IPÊ o montante de R\$711 (R\$627 em 2019).

6. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado do Instituto está integralmente localizado no Brasil e é empregado, exclusivamente nas suas operações.

O Instituto realiza o cálculo da depreciação pelas taxas fiscais conforme quadro nota explicativa nº “3.e”. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi registrada despesa de depreciação no montante de R\$675 (R\$303 em 31 de dezembro de 2019) classificada na rubrica “Depreciação e amortização”.

Administração do Instituto não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

Descrição	Terrenos	Edificações	Veículos	Embarcações	Equipos. de Informática
Saldos em 31/12/2018	696	685	471	384	158
Adições	-	-	82	-	91
Baixa	-	-	(271)	-	(121)
Depreciação	-	(30)	(98)	(23)	(72)
Saldos em 31/12/2019	696	655	184	361	56
Valor residual					
Custo total	696	716	450	410	200
Depreciação acumulada	-	(61)	(266)	(49)	(144)
	696	655	184	361	56
Adições	-	-	159	-	153
Baixa	-	-	(33)	-	(75)
Depreciação	-	(28)	(101)	(316)	(50)
Saldos em 31/12/2020	696	627	209	45	84
Valor residual					
Custo total	696	716	576	410	278
Depreciação acumulada	-	(89)	(367)	(365)	(194)
Taxa de depreciação (%)	-	5%	20%	5%	25%

Móveis e utensílios	Máquinas e Equipos.	Imobilizado em Andamento	Equipamentos Científicos	Casas Pré-Fabricadas	Instalações	Benfeitorias	Total
132	427	-	15	42	14	17	3.041
8	94	-	-	-	-	7	282
(20)	(144)	-	(15)	-	(13)	(1)	(585)
(18)	(58)	-	-	(4)	-	-	(303)
102	319	-	-	38	1	23	2.435
140	440	-	1	47	2	23	3.124
(38)	(121)	-	(1)	(9)	(1)	-	(690)
102	319	-	-	38	1	23	2.435
27	397	12	15	-	14	-	777
(18)	(97)	-	-	-	-	-	(223)
(90)	(79)	-	(3)	(4)	(3)	(1)	(675)
21	540	12	12	34	11	22	2.314
149	740	12	16	47	16	23	3.679
(128)	(200)	-	(4)	(13)	(4)	(1)	(1.365)
10% a 12%	10% a 15%	-	10% a 15%	5%	10%	4%	

7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da rubrica contábil de Fornecedores no montante de R\$ 148 (R\$ 93 em 31 de dezembro de 2019) era composto por gastos com fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de escritório, limpeza e alimentos, bem como a contratação de prestadores de serviços.

8. Obrigações sociais e trabalhistas

	2020	2019
Provisão de férias e encargos sociais	126	121
Salários e ordenados e encargos	48	85
IRRF sobre folha de pagamento	5	6
PIS sobre folha de pagamento	1	1
Contribuições sindicais a pagar	1	1
	181	214

9. Obrigações tributárias

	2020	2019
IRRF sobre Prestação de Serviço	3	4
CSRF - Contribuições Sociais Retidas na Fonte	8	11
ISS Retido sobre Prestação de Serviço	1	-
ICMS a recolher	1	-
COFINS a recolher	22	2
COFINS Parcelado (a)	353	-
ISS a recolher	2	1
	390	18

	2020	2019
Circulante	146	18
Não circulante	244	-
	353	-

(a) COFINS Parcelado: corresponde ao COFINS sobre suas receitas financeiras, restabelecido pelo Decreto nº 8.426/2015 e conforme previsão legal com base na Lei 10.865/2004. A Administração apurou o montante a recolher de R\$353, sendo R\$ 206 referente a 31 de dezembro de 2020 e R\$147 referentes aos exercícios 2016 a 2019. O parcelamento foi efetuado para liquidação em 60 meses, conforme demonstrado a seguir:

Milhares de Reais	
EXERCÍCIO	TOTAL
2016	23
2017	4
2018	26
2019	94
TOTAL	147
EXERCÍCIO	TOTAL
2020	206

Total	353
--------------	------------

10. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da rubrica contábil de outras obrigações no montante de R\$ 201 (R\$ 278 em 31 de dezembro de 2019) era composto de adiantamentos de clientes sobre contratos de cursos a serem faturados e saldo de Estoque de Materiais em Consignação.

11. Projetos a executar

O saldo de projetos a executar representa os recursos vinculados recebidos de parceiros/patrocinadores, ainda não utilizados. Essa vinculação representa a destinação exclusiva das despesas apresentadas na Demonstração de Resultado do Exercício dos projetos e amortizados como repasse de recursos na DRE. O saldo dos projetos no encerramento do exercício está representado da seguinte forma (saldo contrato – saldo banco c/c – saldo banco aplicação – saldo banco NY).

	2020	2019
Lira BNDES	10.424	801
Lira Moore	14.734	15.458
Projeto Gestão Uc's	100	371
Monitoramento Participativo da Biodiversidade (Usaid)	214	222
Detetives ecológicos = We Forest	2.440	-
Petrobras II	-	113
Monitoramento Participativo da Biodiversidade (Moore)	352	532
Caterpillar	898	312
Natura II	1	4
Elti Danone	5	63
Ecosia	650	-
Caruanas	22	140
	29.840	18.016

A seguir a demonstração da receita e custos de projetos transitados no resultado do exercício:

	2020	2019
Receitas dos Projetos Realizados	7.846	10.773
Custos dos Projetos Realizados	(7.846)	(9.437)
	-	1.336

Custos dos Projetos Realizados

	2020	2019
Serviços de florestamento e jardinagem	(1.289)	(376)
Serviços de assessoria e consultoria	(1.219)	(1.244)
Serviços de educação, instrução e treinamento	(881)	(1.142)
Despesas operacionais	(758)	(1.226)
Despesas com materiais de consumo	(699)	(379)
Serviços de assessoria projetos	(578)	(486)
Despesas financeiras	(497)	(1.171)
Serviços de apoio Administrativo	(475)	-
Despesas com pessoal	(452)	(464)
Serviços de pesquisa e desenvolvimento	(253)	(350)
Despesas com viagens	(224)	(1.212)
Serviços de organização de eventos	(168)	(259)
Outros custos	(353)	(1.128)
Total	(7.846)	(9.437)

12. Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

O Patrimônio Social representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição. As rendas geradas pelo Instituto são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1.

b) Fundos Patrimoniais

Refere-se ao valor original do Fundo Endowment no montante de R\$15.409 (R\$6.800 em 31 de dezembro de 2019) mantidos em aplicação financeira, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

c) Ajustes de Exercícios Anteriores

A Administração do Instituto no seu melhor entendimento realizou contabilizou a título de ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$3.252 relacionados a (a) reconhecimento das receitas e despesas de projetos não reconhecidos anteriormente e (b) Cofins sobre rendimentos financeiros. Os efeitos destes ajustes e reclassificações nas demonstrações contábeis comparativas, estão detalhados abaixo:

ATIVO		2019 (Original)	Ajustes	2019 (Ajustado)
Total do ativo circulante		17.149	-	17.149
Total do ativo não circulante	(a)	28.195	(340)	27.855
Total do ativo		45.344	(340)	45.004
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2019 (Original)	Ajustes	2019 (Ajustado)
Total do passivo circulante	(b)	603	147	750
Total do passivo não circulante	(a)	18.016	2.765	20.781
Total do patrimônio líquido		26.725	(3.252)	23.473
Total do passivo e patrimônio líquido		45.344	(340)	45.004
		2019 (Original)	Ajustes	2019 (Ajustado)
Receitas operacionais	(a)	18.063	2.425	20.488
Custos dos projetos, vendas e serviços prestados	(a)	(9.455)	(2.425)	(11.880)
Total das despesas operacionais	(b)	(6.937)	(147)	(7.084)
Superávit antes do resultado financeiro líquido		1.671	(147)	1.524
Resultado financeiro líquido		847	-	847
Superávit do exercício		2.518	(147)	2.371

13. Receita de financiadores e doadores

	2020	2019
Organizações Internacionais	5.156	1.932
Entidades Privadas Internacionais	6	5
Pessoas Físicas Internacionais	253	120
Organizações Nacionais	200	306
Entidades Privadas Nacionais	1.369	733
Pessoas Físicas Nacionais	657	584
Outras Receitas	678	553
	8.319	4.223

A receita de financiadores e doadores são provenientes de empresas privadas, fundações, governo, organizações nacionais e internacionais, destinadas ao cumprimento do objeto social do Instituto. Quanto as outras receitas, são provenientes de desconto obtido e despesas reembolsadas por projetos.

14. Receita líquidas de vendas e prestações de serviços

	2020	2019
Prestadores de serviços	2.133	2.310
Vendas	107	63
	2.240	2.373
Deduções das receitas		
ISS	(43)	(45)
PIS	(3)	(17)
COFINS	(16)	(66)
ICMS	(8)	(3)
	(70)	(131)
Total	2.170	2.242

A receita com prestação de serviços é proveniente de cursos realizados pelo Instituto e também de serviços prestados pelo IPÊ.

A receita com vendas é decorrente da venda de produtos fabricados por empresas que promovem as causas defendidas pelo Instituto e que incluem a marca do IPÊ nos produtos como forma de divulgação dos trabalhos efetuados pelo Instituto.

15. Despesas de pessoal

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários e indenizações	(511)	(556)
Encargos sociais	(244)	(269)
Benefícios	(81)	(90)
Férias	(61)	(63)
13º Salário	(46)	(50)
Uniformes e equipamentos de segurança	(9)	(5)
Contribuição sindical	(4)	(5)
Total de despesa de pessoal	<u>(956)</u>	<u>(1.038)</u>

16. Despesas administrativas e operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Material de campo	(887)	(15)
Despesas com manutenção	(206)	(231)
Despesas de viagens	(199)	(603)
Publicação e divulgação	(124)	(117)
Combustível	(72)	(136)
Seguro	(63)	-
Alimentação	(62)	-
Internet	(56)	(76)
Manutenção de rede	(45)	(49)
Outras despesas	(199)	(22)
Total das despesas administrativas	<u>(1.913)</u>	<u>(1.249)</u>

17. Despesas com prestadores de serviços

	2020	2019
Serviços de educação, instrução e treinamento	(1.504)	(1.057)
Serviços de pesquisa e desenvolvimento	(548)	(346)
Serviços de apoio administrativo	(390)	(362)
Serviços de assessoria e consultoria	(266)	(509)
Genérico PSPJ e PSPF	(324)	(313)
Serviços de florestamento e jardinagem	(101)	(556)
Outros serviços	(211)	(340)
Total de despesas com prestação de serviços	(3.344)	(3.483)

18. Resultado financeiro líquido

	2020	2019
Receitas financeiras		
Variação cambial	1.227	362
Juros sobre aplicações financeiras	5.843	1.520
Juros e multas recebidos	2	4
	7.072	1.886
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(46)	(51)
Juros	(3.290)	-
IRRF s/ aplicações financeiras	(139)	(19)
Multas e juros	(1)	(2)
Cofins sobre Receita Financeira	(235)	-
Desconto Concedido	(1)	-
Variação cambial	(657)	(967)
	(4.369)	(1.039)
Total do Resultado Financeiro	2.703	847

As receitas financeiras são reconhecidas por meio das aplicações financeiras, as quais são tributadas pelo Imposto de Renda por serem consideradas renda fixa, segundo a Lei nº 9.532/1997, art. 15, parágrafo 2, a qual prevê que os impostos sobre a aplicação já são retidos pela fonte pagadora instituição financeira.

19. Trabalho voluntário

A Administração do Instituto não remunera, por nenhuma forma, seus dirigentes, conselho de administração e conselho fiscal pelos serviços prestados.

Conforme estabelecido pela **ITG 2002 (R2) – Entidades sem Finalidade de Lucros**, a Administração do Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Demonstramos abaixo o valor do trabalho não remunerado / voluntário:

Cargos	milhares de Reais			
	Horas Trabalhadas	Taxa Horária	Quantidade	Valor Total
Diretora Presidente	720	0,30	1	216
Diretor Vice-Presidente	26	0,30	1	8
Membros do Conselho de Administração	6	0,30	12	22
Membros do Conselho Fiscal	8	0,30	3	7
Docentes ESCAS	3	0,30	2	2
Total	763		19	254

20. Partes Relacionadas

A Administração do Instituto não efetuou nenhuma transação ou contratou serviços de partes relacionadas.

Remuneração da Administração

Não houve remuneração da Diretoria no exercício. Conforme Estatuto Social, os Conselheiros não são remunerados por suas funções e nem recebem vantagens ou benefícios.

A Administração do Instituto não possui outros benefícios como: pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, pagamento baseado em ações e outros benefícios de longo prazo para o pessoal-chave da Administração, exceto aqueles previstos em Convenção Coletiva de Trabalho.

O Instituto não distribui, entre os seus diretores, associados, conselheiros, empregados, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações, ou parcelas do seu patrimônio líquido, auferidos mediante o exercício de

suas atividades, em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro do Instituto, aplicando-os integralmente na consecução do seu objetivo social.

21. Contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores legais, não há qualquer processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, trabalhista, cível ou ambiental expedido contra o Instituto que devesse ser provisionado na data base de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

22. Gerenciamento de risco financeiro

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados na execução dos projetos. São necessárias revisões periódicas nos planejamentos e orçamentos para execução de cada projeto, visando manter uma margem de erro zero quanto aos valores propostos e o executado. O Instituto, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento internos, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no

qual todos os colaboradores entendem os seus papéis e obrigações

- **Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de déficit resultante do não recebimento de valores contratados. O risco de crédito é reduzido em virtude de procedimentos de avaliação de contas-correntes e aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras.

- **Contas a receber e outros recebíveis**

A exposição do Instituto a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, principalmente em relação à inadimplência.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

O Instituto detinha, em milhares de Reais, “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$27.840 em 31 de dezembro de 2020 . O “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com bancos e instituição financeira, os quais possuem rating entre AA- e AA+, assim como as aplicações financeiras.

- **Risco de liquidez**

É o risco que o Instituto encontrará em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações

financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

- **Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade de o Instituto sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Instituto busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

- **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de déficits diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a execução de projetos e serviços prestados que podem estar relacionados aos fatores de composição das metas e planejamento como déficit de pessoal especializado, tecnologias envolvidas etc.

- **Administração de capital**

A Administração procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos. Os objetivos do Instituto ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Instituto para manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Instituto possui somente instrumentos financeiros classificados como “Aplicações financeiras”. Os respectivos saldos nas datas dos balanços não diferem de forma

relevante de seus valores justos. Em 31 de dezembro de 2020 o Instituto esteve com seu capital circulante líquido positivo no montante R\$ 27.488 e R\$16.546 positivo em 31 de dezembro de 2019.

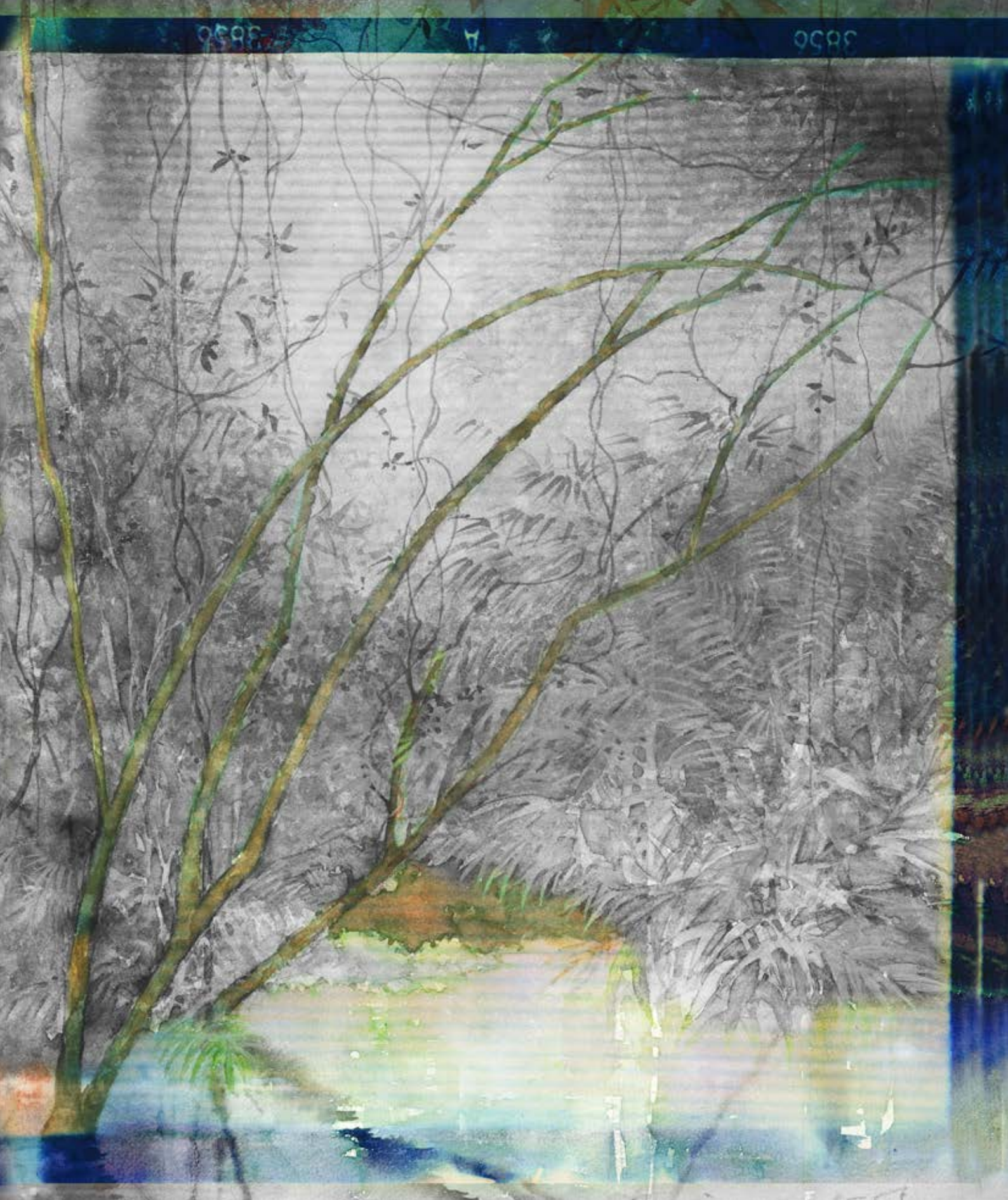
23. Isenções tributárias

De acordo com o art. 150, parágrafo 6º. Da Constituição da República Federativa do Brasil o Instituto é isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, além do Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O Instituto não está isento de suas obrigações previdenciárias e não goza de qualquer benefício desta natureza. Suas obrigações trabalhistas, tais como contribuições ao INSS e FGTS, são calculadas sobre os proventos da Folha de Pagamentos, assim como o PIS que é calculado pela aplicação do percentual de 1% sobre os proventos pagos aos funcionários. A partir de julho de 2015 o Instituto passou a recolher a COFINS sobre suas receitas financeiras, restabelecido pelo Decreto nº 8.426/2015 conforme previsão legal com base na Lei 10.865/2004.

24. Seguros (não auditado)

A política do Instituto é a de manter cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.



CONECTE-SE AO IPÊ CONNECT TO IPÊ

www.ipe.org.br / www.ipe.org.br/en



www.facebook.com/ipe.instituto.pesquisas.ecologicas



www.twitter.com/institutoipe



Canal do IPÊ - <https://www.youtube.com/c/IpeOrgBrConservacao>



@institutoipe



<https://bit.ly/ipe-linkedin>

+551135900041

DOE: <https://ipe.org.br/doe>

DONATE: <https://ipe.org.br/en/donate-now>



Doe agora.
Donate now.

Direção de arte e projeto gráfico: Ana Laet Com.

Design gráfico: Letícia Laet

Texto: Paula Piccin

Tradução: Ament Traduções

Ilustrações: Shirley Felts

Impressão: Mubbe Soluções Gráficas

